

Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2016

Autoria: Senador Elmano Férrer (PTB/PI)**Iniciativa:****Ementa:**

Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

Explicação da Ementa:

Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a obrigatoriedade dos profissionais de saúde de notificar a ocorrência do ato violento contra a mulher à autoridade policial mais próxima do estabelecimento hospitalar ou ao Ministério Público e encaminhar cópia da ficha de notificação, no prazo máximo de cinco dias do atendimento. Estabelece que a Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Assunto: Política Social - Proteção Social**Data de Leitura:** 08/08/2016**Tramitação encerrada****Decisão:** Aprovada por Comissão em decisão**Último local:** -**Destino:** À Câmara dos Deputados**Último estado:** 12/04/2018 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Despacho:****08/08/2016 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**

Senadora Simone Tebet (encerrado em 21/03/2018 - Deliberação da matéria)

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**Relator(es):**

Senadora Regina Sousa (encerrado em 12/07/2017 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO**18/10/2018** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Ação:** À COARQ**12/04/2018** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Situação:** REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Ação:** Remetido Ofício SF nº 444, de 11/04/2018, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 23 a 24).

Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2016

TRAMITAÇÃO

06/04/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fl. 22).

05/04/2018 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: APROVADA

Ação: Encerrou-se no dia 4 de abril o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do presente projeto. A matéria, aprovada terminativamente pela Comissão competente, vai à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 282 - DSF nº 39

05/04/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para interposição de recurso.

04/04/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Juntado texto final revisado (fl. nº 20).

27/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À Corele.

26/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF). De 27/03/2018 a 04/04/2018. Perante a Mesa.

26/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício nº 30, de 2018, da CCJ, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo com a Emenda nº 1-CDH/CCJ.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 45-46 - DSF nº 33

26/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF). De 27/03/2018 a 04/04/2018. Perante à (ao) PLEN.

22/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação da conclusão da instrução da matéria e abertura de prazo para recurso.

Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2016

TRAMITAÇÃO

21/03/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado à SLSF, para prosseguimento da tramitação.

21/03/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 9ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CDH-CCJ, relatados pela Senadora Simone Tebet.

Anexei o Texto Final do PLS nº 308, de 2016.

Anexei o Ofício nº 30/2018- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 17).

Publicado no DSF Páginas 352-360 - DSF nº 30

14/03/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Na 7ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Senadora Simone Tebet faz a leitura do Relatório. A Presidência encerra a discussão, ficando adiada a votação da matéria.

02/03/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

10/10/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, às 09h30min, o Relatório da Senadora Simone Tebet, com voto pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

21/09/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relatora da matéria a Senadora Simone Tebet.

14/07/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

13/07/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Juntei, às fls. 4/9, o Parecer, o Relatório de Registro de Presença e a Decisão da Comissão. À CCJ para prosseguimento da tramitação.

TRAMITAÇÃO

12/07/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 47ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao senador Paulo Paim para que possa relatar a matéria. A Comissão aprova o Relatório da Senadora Regina Sousa, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

10/07/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 47ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 12/07/2017.

06/07/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido Relatório da Senadora Regina Sousa com voto pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

05/10/2016 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, designa a Senadora Regina Sousa relatora da matéria.
O processado da matéria legislativa permanecerá na Secretaria da Comissão durante o transcurso de sua tramitação, conforme art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 4 de 2015.

17/08/2016 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram recebidas Emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

10/08/2016 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo para recebimento de Emendas:
Primeiro dia: 10.08.2016
Último dia: 16.08.2016.

08/08/2016 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na Comissão nesta data. Matéria aguardando abertura de prazo para recebimento de Emendas.

08/08/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Ação: este processo contém 3 (três) folhas numeradas e rubricadas.

08/08/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

TRAMITAÇÃO

Ação: Encaminhado à publicação.
Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 256-260

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 308/2016

Data: 08/08/2016

Autor: Senador Elmano Férrer (PTB/PI)

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

Avulso inicial da matéria

Data: 08/08/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Atas e Diários

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Descrição/Ementa: Avulso da Matéria

Relatório Legislativo

Data: 06/07/2017

Autor: Senadora Regina Sousa (PT/PI)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

P.S 22/2017 - CDH

Data: 12/07/2017

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Regina Sousa (PT/PI)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 47ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao senador Paulo Paim para que possa relatar a matéria. A Comissão aprova o Relatório da Senadora Regina Sousa, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

Listagem ou relatório

Data: 13/07/2017

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 47ª Reunião CDH

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 10/10/2017**Autor:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS)**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Recebido, às 09h30min, o Relatório da Senadora Simone Tebet, com voto pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Listagem ou relatório

Data: 21/03/2018**Autor:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Descrição/Ementa:** Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 9ª Reunião CCJ

Listagem ou relatório

Data: 21/03/2018**Autor:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Descrição/Ementa:** Listagem ou relatório descritivo-Lista de Votação Nominal da reunião da 9ª Reunião CCJ

Texto final da Comissão -

Data: 21/03/2018**Autor:** Senador**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

P.S 29/2018 - CCJ

Data: 21/03/2018**Autor:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Na 9ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CDH-CCJ, relatados pela Senadora Simone Tebet.

Anexei o Texto Final do PLS nº 308, de 2016.

Anexei o Ofício nº 30/2018- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 17).

Texto final revisado - Projeto

Data: 04/04/2018**Autor:** Senador**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Juntado texto final revisado (fl. nº 20).**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e

Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2016

DOCUMENTOS

privados.

OFSF 444/2018

Data: 06/04/2018

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Descrição/Ementa: Encaminha à revisão da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2016.

Autógrafo - PLS 308/2016

Data: 12/04/2018

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 444, de 11/04/2018, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 23 a 24).

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.